



“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos¹
Doris Aleida Villamizar Sayago²
Francisca de Souza Miller³

RESUMO

A implementação de políticas públicas voltadas para comunidades remanescentes de quilombo pode fomentar nas comunidades requerentes conflitos que as dividem em dois grupos – um que se auto reconhece quilombola e outro que nega essa identidade. Esse tipo de conflito pode levar à polarização, minando a possibilidade de acordo entre os grupos. Buscamos, em estudo de caso, analisar como é construída essa polarização em uma comunidade tradicional remanescente de quilombo situada no nordeste brasileiro e concluímos que ela provém dos discursos radicalizados de agentes externos que têm interesses contrariados pela implementação dessas políticas. Esses agentes, ao associarem a identidade étnica à fraude e retrocesso, mobilizam parte da comunidade a fazer oposição. Embora esses discursos dissonem dos instrumentos das políticas em questão, polarizam a comunidade e paralisam processos de implementação dessas políticas. A multiplicação desses cenários demonstra a necessidade de atuação dos órgãos públicos na facilitação dos diálogos com a comunidade para superação do conflito e aceleração da implementação dessas políticas.

Palavras-Chave: Conflitos; Comunidades tradicionais; Identidade étnica; Comunidade quilombola.

¹Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília, mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN), cientista ambiental (UFC). lanyaragao5@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9489-6383>.

² Doutora em Sociologia. Professora adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. doris.sayago@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9146-1974>

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada III do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. fransmiller56@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1427-2723>

Algumas comunidades remanescentes de quilombo vêm experimentando a emergência de conflitos internos durante os processos de regularização fundiária e de implementação de políticas públicas específicas em seus territórios (Brissac 2017). Nesses casos, enquanto parte da comunidade reivindica a conclusão desses processos, um outro grupo (pertencente à mesma comunidade) nega pertencimento à identidade e, portanto, contraria a implementação das políticas voltadas para comunidades remanescentes de quilombo.

Essas políticas públicas visam assegurar a propriedade das terras tradicionalmente ocupadas a partir de procedimentos de regularização fundiária e apresentar para esses territórios programas relacionados ao desenvolvimento local, saúde, educação, segurança alimentar e à garantia de acesso a infraestruturas (como saneamento e energia). Para que as comunidades remanescentes de quilombo possam se tornar objeto dessas políticas é necessário que, após solicitação de auto reconhecimento, seja iniciado o processo de reconhecimento étnico pelo órgão oficial, a Fundação Cultural Palmares (FCP), seguido, via de regra, pelo processo de regularização fundiária realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Cabral et al. 2013).

Para conclusão desses processos, são realizados estudos técnico-científicos que buscam revelar a existência de uma identidade social e étnica compartilhada pela comunidade requerente, além da existência de práticas necessárias à sua reprodução física e simbólica no território demarcado (Almeida 2004). Esses estudos são orientados pelo critério de auto atribuição étnica (O'Dwyer 2007), ou seja, baseiam-se no auto reconhecimento (Marques e Gomes 2013). Assim, o reconhecimento da identidade étnica quilombola é estabelecido por meio das características que os próprios atores sociais consideram como significativas para diferenciá-los de outros grupos (Barth 2005). A identidade tem, portanto, um caráter subjetivo e essa subjetividade abre precedente ao dissenso, ou seja, à discordância.

Embora seja necessária certa coesão quanto ao auto reconhecimento étnico, essas comunidades não constituem grupos homogêneos e coesos. A identidade étnica é, portanto, reelaborada à luz de conflitos (Arruti 2006). Nesse sentido, o conflito é destinado a resolver dualismos divergentes em vista de conseguir unidade, ou seja, a construção de uma agenda comum (Simmel 1964). O conflito é, portanto, um exercício para a construção da democracia e esse exercício pressupõe o diálogo entre as partes discordantes a fim de que as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo sejam implementadas de modo a atender aos dois grupos.

No entanto, o conflito pode passar a um cenário de polarização e quando a sociedade está polarizada é minado o diálogo. A resolução do conflito, portanto, é buscada a partir da aniquilação de

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

uma das partes em litígio, ou seja, busca-se resolver o conflito atendendo a somente uma das partes (Simmel 1964). O cenário polarizado é caracterizado pela existência de três elementos centrais: a legitimidade (capacidade de um assunto em gerar discordância), a ressonância (capacidade desse assunto gerar discussão e repercussão) e a visibilidade (cobertura midiática) (Koopmans 2004). A legitimidade e a ressonância são intensificadas conforme se radicalizam os discursos contra os oponentes (Koopmans 2004).

Essas radicalizações são colocadas a partir de discursos caracterizados pela construção da imagem do grupo oponente como uma ameaça à ordem vigente, pelo incentivo à violência, pelo desrespeito ou pela propensão a restringir liberdades civis de oponentes (Levitsky e Ziblatt 2018). Estabelecido o cenário polarizado, são construídas divergências mais intensas entre os grupos, gerando aversão ao grupo oposto e solidariedade intra-grupal (Torres 2015). Importante colocar que em situação de polarização, os fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública que apelos por emoções – como o medo (Genesini 2018). Portanto, é comum que a opinião pública seja influenciada mais intensamente por crenças pessoais que pelos fatos.

Nesses termos, realizamos um estudo de caso com base em um conflito vigente em uma comunidade que está em processo de regularização fundiária e implementação de políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos a fim de compreender como são construídos e popularizados os discursos radicalizados que retroalimentam a polarização nessa e, possivelmente, em outras comunidades. Para isso, foi investigada uma comunidade remanescente de quilombo situada no Estado do Ceará, no nordeste brasileiro. A seleção dessa comunidade para o estudo de caso é justificada devido à existência de dois grupos com ideias antagônicas sobre a questão identitária, o que ocasionou a paralisação dos processos de implementação das políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo na região.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Este estudo de caso investiga uma comunidade pesqueira composta por cerca de 150 famílias, que foi certificada como remanescente de quilombos pela FCP em 2014, quando cerca de 100 famílias se auto reconheceram quilombolas. Tem como principais ecozonas o manguezal, as dunas e a praia.

A economia da região pode ser caracterizada por três momentos históricos: um primeiro momento marcado pela produção dos engenhos, seguido de um segundo período marcado por

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

atividades de subsistência (catação de caranguejo, pesca, mariscagem) e um terceiro momento marcado pelos empreendimentos econômicos (carcinicultura e usinas eólicas).

O primeiro momento remonta ao século XVIII, quando grande parte da comunidade foi apropriada por nove famílias que construíram engenhos. A produção era realizada por mão de obra local, desde o preparo da terra dos sítios onde ficavam os engenhos até a produção dos derivados da cana-de-açúcar – rapadura, cachaça e açúcar mascavo. Além da cana-de-açúcar, os trabalhadores cultivavam banana, feijão, batata, mandioca e manga, sempre divididos com o dono das terras (Nascimento & Lima 2017)

No entanto, a produção dos engenhos e da agricultura foi perdendo espaço na comunidade a partir da década de 1930. Isso ocorreu devido ao total aterramento de alguns dos sítios pela movimentação das dunas. Sem esses sítios, as atividades de subsistência passaram a ser asseguradas pela retirada de recursos do rio e do manguezal. Assim, a pesca artesanal e a catação de caranguejo e de mariscos – intãs, sururus, ostras e búzios – configuraram-se como as principais fontes de renda da comunidade. Pinto et al. (2014) destacam, ainda, o papel destas atividades na construção de vínculos sociais com a biodiversidade do ecossistema manguezal.

Essa forma de uso e ocupação do manguezal foi modificada a partir de 1980, com a chegada de empreendimentos de carcinicultura (viveiros de camarão) na região. Isso ocorreu porque para instalação desses empreendimentos foi necessário desmatamento, aterramento e drenagem do manguezal, além da privatização das áreas que constituíam o ambiente de trabalho das marisqueiras e dos catadores de caranguejo. Além disso, também foram descartados efluentes não tratados diretamente no rio que corta a comunidade, impactando negativamente a pesca (Pinto et al. 2014).

Foi, portanto, configurado um quadro de injustiça ambiental, caracterizado por consequências ambientais negativas (externalidades) de operações econômicas sobre grupos socialmente vulneráveis – marisqueiras, catadores de caranguejo e pescadores (Nascimento & Lima 2017). Esse quadro foi intensificado a partir dos anos 2000, com a instalação de geradores de energia eólica. Na ocasião, foram fixados 67 aerogeradores com seus condutos subterrâneos, de alta tensão, na região de dunas. Os riscos provenientes da instalação dessas estruturas inviabilizaram o uso das lagoas interdunares presentes na região e dificultaram o acesso à praia, comprometendo a pesca e o lazer da comunidade.

Esses empreendimentos também tiveram consequências no patrimônio histórico-cultural da comunidade, causando impactos negativos sobre os sítios arqueológicos localizados na região de dunas.

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

A prospecção e resgate das peças arqueológicas foi feita em um curto e insuficiente prazo, de modo a se adaptar aos prazos estabelecidos até o início de funcionamento da usina, o que pode ter ocasionado perda de informações desses sítios (Pereira Xavier 2013).

Em oposição a esse cenário de injustiça ambiental foi fundada, em 2003, uma associação de moradores constituída por cerca de 100 famílias. Foi construída, portanto, como forma de defesa do modo de uso e ocupação tradicional em oposição às formas de uso e ocupação designadas pelos empreendimentos da região. Mais tarde, essa associação iniciou processos voltados ao reconhecimento da identidade quilombola e demarcação do território tradicional. No ano de 2014, a comunidade foi oficialmente reconhecida pela FCP e essa associação passou a ser denominada como associação quilombola. Em oposição a essa associação, foi fundada uma outra associação de moradores, no ano de 2015. Segundo a presidente, é constituída por 200 famílias moradoras da comunidade em questão e da comunidade vizinha. No entanto, não foi informada a quantidade específica de famílias residentes na comunidade investigada. Embora em muitos casos os não-quilombolas sejam parentes dos que se auto reconhecem quilombolas, eles não reconhecem a identidade e negam qualquer atribuição da comunidade como um remanescente de quilombo.

As pautas da associação não-quilombola são voltadas, portanto, à oposição a todo o processo de reconhecimento étnico, especialmente àqueles relacionados à propriedade do território tradicional. Isso porque acreditam que esse processo prejudicaria os empreendimentos em operação na comunidade, os quais, segundo os associados, trazem impactos positivos à localidade, como a geração de emprego e renda.

Diante desse dissenso entre a comunidade, as operações de demarcação territorial iniciadas em 2016 estão paralisadas. A comunidade apresenta, portanto, um conflito referente à conclusão dos processos de regularização fundiária e implementação das políticas públicas voltadas para comunidades remanescentes de quilombo. Buscamos, então, compreender se há um cenário polarizado na comunidade e levantar como foram construídos os discursos que induziram ao avanço do conflito para a polarização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamentos bibliográficos e documentais baseados, principalmente, em artigos científicos desenvolvidos anteriormente na comunidade, em documentos

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

históricos e no Parecer Técnico realizado por um perito em antropologia do Ministério Público Federal sobre os conflitos relacionados à titulação quilombola na comunidade investigada.

Para compreender e analisar os discursos acerca da questão quilombola na comunidade foi necessária a integração de fontes orais. Inicialmente buscamos contato com as informantes-chave (Souza 1993), contatando as presidentes das duas associações comunitárias. Após um contato preliminar por redes sociais, foi possível a realização de pesquisa de campo. Assim, contatamos as presidentes pela rede social *Facebook* a fim de estabelecer um contato inicial com a pesquisadora que foi a campo e contextualizar as lideranças sobre os trabalhos que seriam desenvolvidos sobre a comunidade.

Nos trabalhos de campo, solicitamos às presidentes que indicassem moradores associados às duas organizações. Deste modo, realizamos 12 entrevistas - cada associação foi, assim, representada por sua respectiva presidente e por cinco associados escolhidos pelas lideranças. As entrevistas foram realizadas individualmente e guiadas por um roteiro semiestruturado, com tópicos voltados ao levantamento dos argumentos acerca do conflito (motivações, relação com o grupo oponente, ações de construção de uma agenda comum) e dos processos de regularização das políticas públicas para comunidades quilombolas (argumentos contrários ou favoráveis à questão da identidade étnica e da titulação territorial).

Todas as entrevistas foram transcritas integralmente e trabalhadas por análise de conteúdo (Bardin 2011). Os dados levantados foram divididos em dois quadros temáticos, de acordo com os temas abordados na entrevista: discursos sobre o conflito e discursos sobre os processos de implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas. O primeiro quadro trouxe dois subtópicos: ações de enfrentamento físicas e ações de enfrentamento verbais. O segundo quadro trouxe como subtópicos os aspectos que colocam ou negam a identidade étnica como fraude e os aspectos que defendem e contrapõem a visão da identidade étnica como retrocesso. Importante colocar que os subtópicos apenas reúnem os dados que usaram as mesmas argumentações e que os mesmos surgiram espontaneamente, no sentido de que não eram questões colocadas no roteiro da entrevista.

Os dados coletados foram comparados e incrementados aos fatos relatados no Parecer Técnico do Ministério Público Federal (MPF) que investigou os conflitos relacionados à titulação quilombola da comunidade e em notícias veiculadas na *internet* em sites de jornais locais, regionais, nacionais e de diversas organizações – como o Instituto Terramar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

Conselho Pastoral dos Pescadores e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Posteriormente, os argumentos colocados foram confrontados aos conceitos voltados a territórios remanescentes de quilombos e identidade étnica baseados, essencialmente, nas obras de Almeida (1999, 2004), O'Dwyer (2007, 2011) e Barth (2005). Também foram confrontados a legislação referente à política pública de regularização de territórios quilombolas, colocadas pelo Incra (Brasil 2003a).

Finalmente, os argumentos foram confrontados aos quatro indicadores propostos por Levitsky e Ziblatt (2018). A constatação de um desses indicadores demonstra a construção de um discurso radicalizado que induz à polarização. Assim, dentro dos quadros de argumentos e contra-argumentos, buscamos discursos que apresentassem: 01. desrespeito ao grupo oponente; 02. visão do oponente como uma ameaça à ordem vigente; 03. encorajamento à violência; 04. propensão a restringir liberdades civis de oponentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender como são construídos os discursos radicalizados que induzem a construção de um cenário polarizado na comunidade investigada é necessário, primeiro, analisar se existe polarização. Assim, analisamos o conflito e diagnosticamos a existência dos aspectos de legitimidade, ressonância e visibilidade que caracterizariam evolução do conflito para a polarização. Colocado o cenário polarizado, analisamos como foram construídos os discursos que designaram a polarização na comunidade.

O CONFLITO NA COMUNIDADE INVESTIGADA EVOLUIU À POLARIZAÇÃO?

O conflito em relação à questão quilombola, emergiu durante o processo de regularização fundiária, realizado pelo Incra. O processo de reconhecimento étnico que precede essa fase foi reivindicado à FCP pela associação quilombola. Essa associação levou ao órgão a ata de reunião que assegura auto reconhecimento étnico da maior parte da comunidade, cerca de 100 famílias. Posteriormente, a comunidade recebeu um técnico da FCP e foi reconhecida pelo órgão em dezembro de 2014.

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

Com a certificação, a fase de regularização fundiária foi iniciada. Portanto, o Incra foi à comunidade para delimitar as terras tradicionais a serem demarcadas e tituladas. Foi quando a associação não-quilombola iniciou o movimento de oposição à implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas. Foi, assim, instalado um conflito porque parte da comunidade não reconhece a identidade.

Nesse sentido, o Parecer Técnico do MPF coloca que, visto que as áreas ocupadas pelos não-quilombolas não seriam afetadas por esse processo, seria possível a superação desse embate e a construção de uma estratégia que possibilitasse uma convivência pacífica na comunidade. Ou seja, o diálogo entre as associações poderia resultar em um acordo que possibilitaria a construção de uma agenda comum com relação à implementação das políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo.

No entanto, no decorrer de 2015, houve um acirramento do conflito. A questão quilombola foi transformada em um elemento que deflagrou disputa e que dividiu a comunidade. Essa cisão permite inferir que a comunidade experimentou o surgimento de um cenário polarizado. Isso é justificado por meio da constatação dos três elementos que caracterizam a polarização: se, por um lado, a ilegitimidade (abertura à discordância) dos argumentos quilombolas são decorrentes da subjetividade inerente ao auto reconhecimento, por outro, a associação não-quilombola levantou discursos passíveis de discordância por estarem em dissonância com a legislação específica (Brasil 2003a, 2003b) e com os conceitos antropológicos referentes à identidade étnica e às comunidades remanescentes de quilombo (Almeida 1999; O'Dwyer 2007, 2011).

As discordâncias entre os argumentos e os instrumentos que lidam com a questão quilombola (legislação e conceitos antropológicos) serão analisadas nas próximas seções, portanto, o ponto a ser colocado no momento é que os argumentos das duas associações abrem margem para discussão. E a identidade é, de fato, um assunto que tende a gerar muita discussão, pois causa maior intolerância e hostilidade do que questões políticas tradicionais – como, por exemplo, impostos e despesas governamentais (Levitsky & Ziblatt 2018). Como a identidade nesse caso também é relacionada à terra (devido à titulação e demarcação do território tradicional), o assunto apresenta ressonância.

Ter ressonância significa ter capacidade de gerar discussão e repercussão, ou seja, colocar a pauta em evidência. Desse modo, o assunto tem visibilidade, inclusive no sentido de chamar a atenção da mídia. No caso da comunidade investigada, representantes da associação não-quilombola participaram de programas de rádio e televisão locais, transmitidos também ao vivo por uma rede social

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

(*Facebook*). Os programas discutem as questões relacionadas ao conflito e expõem os argumentos que se opõem aos processos de regularização fundiária e implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas. Atendidos, portanto, os três elementos que caracterizam a evolução do conflito para um cenário de polarização, podemos focar nossa análise em compreender os discursos que constroem esse cenário.

COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS DISCURSOS QUE INDUZEM À POLARIZAÇÃO NA COMUNIDADE INVESTIGADA?

A construção de um cenário polarizado é, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), decorrente da emergência de discursos radicalizados iniciados por pessoas de alta influência na sociedade, geralmente, essas pessoas possuem dinheiro e capacidade de formar opiniões. O Parecer Técnico do MPF relata que foi a influência dos grupos econômicos sobre parte da comunidade que a mobilizou para se opor à regularização das políticas públicas para comunidades quilombolas. Essa compreensão também é colocada por um associado à associação quilombola:

Tão dividindo a comunidade, os empresários manipulam a comunidade. Porque comunidade unida ninguém vence, esse é o problema mais difícil [...]. Eles dividem pra dominar (Representante da associação quilombola em entrevista cedida às autoras em janeiro de 2017).

Compreende-se, portanto, que essa reação intensa dos grupos econômicos pode ter sido acompanhada pela emergência de discursos radicalizados, a qual o Parecer Técnico coloca como “batalha de marketing”. Essa “batalha de marketing” é realizada por meio de “propagandas negativas” sobre a identidade quilombola, que buscam associá-la a aspectos de fraude e retrocesso.

Nesse sentido, é importante compreender se a “batalha de marketing” possui, de fato, influência sobre os não-quilombolas. Foram, portanto, analisados os discursos dos não-quilombolas a fim de levantar se existem argumentos que colocam aspectos de fraude e retrocesso à identidade. Visto que a formação da opinião pública é, nesses cenários, influenciada mais por emoções e crenças pessoais (Genesini 2018), é importante confrontar esses argumentos aos instrumentos que lidam com as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo, como a “Legislação referente à política pública de regularização de territórios quilombolas” (Brasil 2003a), as Políticas de Promoção da Igualdade Racial” (Brasil 2003b) e os conceitos antropológicos de quilombo (Almeida 1999, Schmitt et

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

al. 2002), comunidades remanescentes de quilombo (Cardoso de Oliveira 2006, O’Dwyer 2011) e identidade étnica (Barth 2005).

FRAUDE

Nas entrevistas dos não-quilombolas pode ser percebido um esforço conjunto no sentido de desqualificar a comunidade como remanescente de quilombo a partir da negação da presença de escravos e descendentes na região. Falas que retratam esse argumento se repetem em todas as entrevistas da associação: “[...] nunca saiu ninguém daqui, nem apareceu gente de senzala, nem nada disso [...]”; “[...] aqui nunca teve escravos que foram fugidos de fazendas ou de donos de engenho, não existe”; “Aqui não vai ser quilombola, porque aqui nunca teve refugiado de escravo” (Representantes da associação não-quilombola em entrevistas cedidas às autoras em maio de 2017). Ou seja, para os não-quilombolas, a ausência de negros escravizados e de seus descendentes na comunidade impossibilita a constatação como quilombola. Assim, o auto reconhecimento como uma comunidade remanescente de quilombo se trataria de uma fraude: “Isso aí foi inventado”, “eles [os quilombolas] são muito *é* mentirosos” (Representantes da associação não-quilombola em entrevista cedida às autoras em maio de 2017).

No entanto, a versão de quilombo colocada pela associação não-quilombola é fundamentada no ultrapassado conceito clássico, colocado pelo Conselho Ultramarino em 1740, que resume os territórios quilombolas àqueles espaços isolados ocupados por negros escravizados que fugiram de senzalas (Schmitt et al. 2002). Este conceito ignora os efeitos da inexistência de uma política governamental que regularizasse as posses de terras de grupos negros após a abolição, portanto, precisou ser reformulado para compreender a grande diversidade de processos que constituíram as comunidades remanescentes de quilombo (O’Dwyer 2007, 2011).

Contrapondo-se ao conceito clássico colocado pelo Conselho Ultramarino, Almeida (1999) coloca que a situação de quilombo retrata as produções autônomas que não passam pelo grande proprietário ou senhor de escravos como mediador efetivo. Referente às comunidades remanescentes de quilombo, Cardoso de Oliveira (2006) e O’Dwyer (2011) colocam como critérios a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada e de práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. Assim, a legislação brasileira atual aponta que são remanescentes das comunidades de quilombo os grupos que assim se autodefinem

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

e que possuem relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil 2003).

A comunidade investigada, portanto, se configura como um remanescente das comunidades de quilombos pela autodefinição da maior parte da comunidade, pela instituição das práticas de reprodução simbólica e de subsistência (ilustradas pela presença de mitos, pela pesca e mariscagem), mas também por ter existido na comunidade um sistema produtivo onde a mediação da produção era estrategicamente mantida através de uma reapropriação do “mito do bom senhor”:

A mão de obra [dos engenhos] era o pessoal daqui mesmo. [...]. Todo mundo tinha seu patrão, trabalhava de meia. A gente plantava, meia pra nós e meia pro patrão. O patrão era gente boa com a gente (Representante da associação não-quilombola em entrevista cedida às autoras em maio de 2017).

Assim, além de trabalhar na produção dos engenhos, os trabalhadores dividiam a produção de subsistência com os donos das terras. A mediação da produção somente foi superada com a falência dos engenhos, quando os trabalhadores passaram a produzir visando o consumo da própria família e a venda dos excedentes. Outras críticas dirigidas à legalidade da identidade quilombola da comunidade são atribuídas à ausência de aspectos culturais presentes nos estereótipos de quilombos:

Pra ser quilombola tem que derrubar as casas, fazer uma casa de taipa [...]. Mas o que eles [os quilombolas] fazem aqui? Andam de cabelo penteado e esticado.

Quilombolas não dirigem, eles não têm carro e essas coisas e todos eles lá têm.

[...] A própria estrutura da comunidade não condiz com quilombo... nós temos hoje apenas quatro casas de taipa. (Representantes da associação não-quilombola em entrevista concedida às autoras em maio de 2017).

Contudo, estes argumentos ignoram um aspecto inerente à cultura: o dinamismo. Isso é, qualquer sistema cultural está em contínuo processo de mudança e atualização (Laraia 2001). Assumir-se quilombola, portanto, não significa o resgate dos traços culturais presentes nos quilombos do século XVI, embora seja comum que os remanescentes das comunidades de quilombo realcem alguns traços culturais específicos diante do contexto de reivindicação identitária (Barth 2005).

Percebemos, então, nas entrevistas com os representantes da associação quilombola alguns aspectos de reelaboração cultural e da relação com o passado. Um exemplo é a releitura de uma das lendas da região: o mito de São Sebastião. Sebastião é um rei português, morto em batalha, o qual

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

nunca foi encontrado o corpo. O mito, surgido em Portugal, chegou ao Brasil pelos padres jesuítas e apropriado pelo imaginário popular, que adaptou ao mito diversas configurações (Salomão 2009). Na comunidade investigada, a lenda diz que as cavalarias do Dom Sebastião vagam pelas dunas e provocam estrondos e ruídos que podem ser ouvidos à distância. Esses sons, segundo um documento elaborado pela Comissão Científica do Império se “assemelhavam ao som do tambor dos pretos no seu camdombe” (Alemão 1961, p. 276).

Segundo uma liderança da associação quilombola, essa semelhança foi fundamental para a sua busca sobre os elementos da cultura africana na comunidade:

Estava fazendo pesquisa porque eu queria entender quais eram os elementos da cultura africana presentes aqui. E aí, nessas cartas do Freire Alemão ele vai desvendar o que pra mim, ele deixa claro. Esses tambores que o povo atribui ao rei de Portugal eram as pessoas da comunidade que praticavam as religiões de matriz africana. Eles iam pros morros pra não serem discriminados e interrompidos. Para que pudessem continuar fazendo essas práticas, então eles criaram essa lenda porque era uma coisa que quando ouvia, ninguém queria ir lá (Liderança da associação quilombola em entrevista cedida às autoras em maio de 2017).

A discriminação relacionada às práticas afro-brasileiras pode, segundo O’Dwyer (2011), ilustrar uma distintividade cultural. Visto que o processo de identificação étnica se constrói de modo contrastivo (Cardoso de Oliveira 1976), a discriminação expõe diferenças culturais que, se percebidas como socialmente relevantes para os próprios atores sociais, podem designar a atribuição de pertencimento a um grupo étnico.

Resumidamente, podemos concluir que as críticas expostas nessa seção, as quais relacionam à reivindicação identitária um aspecto fraudulento, são refutadas pela legislação e pelos conceitos antropológicos trabalhados: as críticas acerca da inexistência de quilombos na região vão de encontro à constatação de reprodução simbólica e de subsistência no território tradicional e à mediação pelos grandes proprietários das produções autônomas dos trabalhadores dos engenhos. Quanto à colocação de fraude pela ausência de aspectos culturais presentes nos estereótipos de quilombos, contra argumenta-se frente ao dinamismo inerente à cultura.

O último tópico apresenta, ainda, uma outra implicação. Para além do argumento já discutido – da inadequação da comunidade investigada à identidade quilombola pela ausência das características dos quilombos do século XVI – é necessário colocar a relação dos estereótipos ao retrocesso. Isso é, para os representantes da associação não-quilombola, designar à comunidade tal titularidade seria condenar o grupo ao retrocesso, pois seriam retomados os moldes da visão clássica de quilombo: “pra ser quilombola tem que derrubar as casas [de alvenaria] e fazer casas de taipa”; “Em vez da gente ter

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

progresso e ir pra frente a gente vai voltar pra trás?” (Representantes da associação não-quilombola em entrevista cedida às autoras em maio de 2017).

RETROCESSO

Além das associações da identidade étnica quilombola a fraudes, os não-quilombolas associam essa identidade ao retrocesso. Nesse sentido, para melhor compreender o que seria para eles o retrocesso, é importante entender como definem o desenvolvimento. A fala de um dos representantes da associação não-quilombolarelata:

Pra mim desenvolver é ter emprego. O que a gente precisa aqui é de empresa que venha pra cá. [...] O que seria de nós sem o empresário? Eu não posso dar emprego, quem pode é o empresário (Representante da associação não-quilombola em entrevista cedida às autoras em maio de 2017).

A compreensão de desenvolvimento dos não-quilombolas é relacionada diretamente à instalação e operação de empreendimentos econômicos devido à geração de alta empregabilidade. Essa noção vai de encontro à noção desenvolvimentista colocada nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos de carcinicultura e de energia eólica instalados. Os documentos ratificam a promoção do desenvolvimento à comunidade por meio de reiteradas promessas de alta empregabilidade na região (Santos et al. 2018).

No entanto, essas promessas não foram cumpridas. No caso dos parques eólicos, os empregos gerados se concentraram na fase de implantação (Ribeiro 2013). Logo após a instalação, os postos exigem alto grau de formação profissional, o que leva as empresas a importarem mão de obra. Quanto à carcinicultura, foram gerados seis vezes menos emprego que era esperado e parte desses empregos não foram formalizados por meio da assinatura da carteira de trabalho. Além disso, enquanto a carcinicultura emprega 0,89 trabalhadores por hectare, “(...) um hectare de manguezal íntegro garante o sustento de 10 famílias, a partir da catação de caranguejos e da mariscagem” (Nogueira et al. 2009, p 43).

Importante destacar que, mesmo se os empreendimentos conseguissem cumprir com a empregabilidade prometida, o conceito de desenvolvimento não engloba somente a esfera econômica, mas se amplia às esferas social e ambiental. Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento precisa compreender, além da questão financeira, a expansão das liberdades para construção do papel de

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

agente. As liberdades, para o autor, englobam as condições que possibilitam os atores sociais de participarem ativamente da vida social.

Compreendem, assim, aspectos ligados à alimentação, educação, saúde, saneamento, além da garantia de dessegredo e clareza nos processos de tomada de decisão (Sen 2000). Quanto ao papel de agente, se refere à participação ativa da comunidade nas ações econômicas, sociais e políticas ocorridas em seu território. À vista disso, Santos et al. (2018) trazem que a instalação dos empreendimentos resultou na privação da liberdade e do papel de agente dos moradores dessa comunidade. Em outras palavras, os empreendimentos impactaram negativamente os meios e os fins do desenvolvimento, ou seja, trouxeram retrocesso.

Em contraponto, as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo asseguram a participação e cooperação da comunidade nos planos de desenvolvimento econômico (Brasil 2003a, p 20), nos programas de saúde (Brasil 2003a, p 25), educação (Brasil 2003a, p 25), saneamento (Brasil 2003a, p 25) e processos relativos ao uso e ocupação da terra (Brasil 2003a, p 24). Ou seja, os argumentos em relação ao retrocesso não estão em consonância à legislação específica para comunidades remanescentes de quilombo, visto que esta evidencia a participação da comunidade e propõe meios de capacitá-la a exercer papel de agente.

Portanto, a partir da análise das entrevistas dos representantes da associação não-quilombola é possível perceber que os argumentos se relacionam aos colocados pela “batalha de marketing”. Esses argumentos, embora estejam em dissonância aos fatos, têm poder de influência na formação da opinião pública porque apelam ao medo – principalmente ao retrocesso. O medo é instalado a partir da radicalização dos discursos, ao fazê-los apresentar pelo menos um de quatro indicadores: 01. desrespeito ao grupo oponente; 02. visão do oponente como uma ameaça à ordem vigente; 03. encorajamento à violência; 04. propensão a restringir liberdades civis de oponentes.

RADICALIZAÇÃO DOS DISCURSOS

São percebidos nos argumentos o atendimento a alguns dos indicadores de radicalização dos discursos. O desrespeito ao grupo oponente é evidenciado, por exemplo, nos discursos que relacionam a reivindicação identitária à fraude. Ou seja, nega-se a legitimidade da identidade étnica ao colocar os quilombolas como mentirosos. A visão do oponente como ameaça à ordem vigente é evidenciada quando se coloca a questão quilombola como uma condenação da comunidade ao retrocesso. O

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

terceiro e quarto indicadores são evidenciados pelas ações de hostilidade que surgiram com a intensificação do conflito. Embora não sejam diretamente ligadas aos discursos associados à “batalha de marketing” (identidade quilombola como fraude e retrocesso), essas ações são produto desses discursos que polarizaram a comunidade. Segundo o Parecer Técnico do MPF, ao ser obtida uma divisão interna na comunidade, se cristaliza a ideia de que há “nós” e “os outros”.

Essa divisão submete o grupo oponente ao estigma, à violência psicológica e, por vezes, à violência física. Assim, são percebidas ações concretas dos não-quilombolas para inviabilizar a concretização das políticas públicas voltadas para comunidades remanescentes de quilombo na região. Um dos casos é relatado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Na ocasião, o grupo que se autodefine não-quilombola interditou uma ponte que é o principal acesso da comunidade a fim de impossibilitar a entrada de integrantes de movimentos sociais que realizariam atividades juntamente à associação quilombola:

[...] professores, estudantes universitários e manifestantes que realizariam atividades no local tiveram os ônibus e os três carros onde estavam ameaçados de serem queimados, caso tentassem passar. Quem estava do outro lado da ponte também não conseguia sair (Comunidades tradicionais no Ceará sofrem perseguição em conflito pela terra, 2017).

As ações diretas de enfrentamento dos não-quilombolas também são evidenciadas no Parecer do MPF, que relata um episódio ocorrido durante uma reunião entre lideranças quilombolas e o grupo técnico do Incra. O Parecer aponta que um número significativo de moradores não-quilombolas se aglomerou na frente do local da reunião, em uma tentativa de bloquear a estrada em protesto. Na ocasião, o perito do MPF e a equipe da Polícia Federal avaliaram que, para garantir a segurança do grupo técnico do Incra, seria melhor evitar que naquela semana eles fossem à comunidade devido à insuficiência do efetivo policial.

Essas ações expõem um aspecto de encorajamento à violência promovidos pelo cenário polarizado na comunidade. A restrição de acesso aos atores aliados à associação quilombola constitui restrição da liberdade de locomoção garantida no artigo 5º da Constituição Federal (Brasil 1990). Ou seja, essa ação atende ao terceiro e quarto indicadores. Deve ser mencionado, ainda, que se não fossem colocados no cenário de um conflito polarizado o encorajamento à violência, não haveria a necessidade de garantir a segurança do grupo do Incra por meio de um efetivo policial.

Visto que essa situação foi propiciada pela polarização do conflito, construída pelas “batalhas de marketing”, pode-se dizer que a ausência de diálogo característica da polarização colocou um enfoque maniqueísta sobre a questão quilombola. A partir da construção do cenário polarizado, a tendência é

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

que seja estabelecida a intolerância com as opiniões do grupo oponente e inviabilizada a construção de uma agenda comum. Assim, com a polarização, a resolução da questão atenderá a somente um dos grupos, porque o outro grupo, necessariamente, divergirá daquilo que é defendido pelo grupo oponente (Fiorina e Abrams 2008, Torres 2015). Isso caracteriza um conflito marcado por um “(...) caráter negativo e destrutivo” (Simmel 1964, p 573).

Deve-se, portanto, buscar prevenir a deflagração desse cenário nas comunidades que estão em processo de reivindicação identitária e, se já instalado o cenário, colocar aos órgãos públicos que lidam com os processos de regularização fundiária e implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas (FCP e Incra) a tarefa de atenuar a polarização a partir da promoção de reuniões e assembleias que possibilitem o debate entre os grupos divergentes.

Nesses debates seriam colocados os argumentos de contraposição à questão quilombola a fim de verificar se os conceitos que constroem esses argumentos estão em consonância à legislação específica e aos conceitos da antropologia. Assim os discursos que apelam à emoção (principalmente ao medo) poderiam perder sua influência sobre a opinião pública, possibilitando o diálogo e melhorando as chances de convergência dos grupos conflitantes a um acordo em relação à implementação das políticas públicas para comunidades quilombolas.

CONCLUSÃO

A polarização na comunidade investigada foi construída a partir das “batalhas de marketing”, que são discursos promovidos pelos grupos econômicos que possuem empreendimentos na região. Nesse sentido, mobilizam parte da comunidade para se contrapor à questão quilombola ao associar a essa questão aspectos de fraude e retrocesso.

Assim, os argumentos baseados no desrespeito ao grupo quilombola (colocando-os como mentirosos) e colocação das políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombo como uma ameaça à ordem vigente (no sentido de que essas políticas induziriam a construção de uma comunidade nos moldes dos quilombos do século XVI), induzem à construção de um cenário polarizado. Ou seja, um cenário demasiadamente desconfiado, pretensioso, agressivo e “apocalíptico” (Levitsky & Ziblatt 2018).

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

Nesse cenário, o diálogo é inviabilizado e apelos emocionais têm grande influência sobre a opinião pública. Portanto, a construção do cenário polarizado que inviabiliza a conclusão dos processos de implementação das políticas quilombolas acontece devido à popularização de discursos que apresentam dissonância aos instrumentos que definem essas políticas – a legislação específica e os conceitos antropológicos relacionados à identidade étnica quilombola. Colocar os fatos como contraponto aos apelos emocionais desses discursos pode ser, portanto, um meio para a construção do diálogo que possibilita a negociação de uma agenda comum. Cabe, assim, aos órgãos que executam as políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombo atuarem na facilitação dos diálogos entre as partes divergentes.

Visto a incipiente literatura sobre os conflitos internos das comunidades que reivindicam a identidade quilombola e o crescimento da ocorrência desses conflitos – vide a existência de outras comunidades nesta situação, como as comunidades de Santa Rosa dos Pretos (MA), Mesquita (GO) e Ilha Redonda (AP) - trabalhos posteriores poderiam explorar tendências comparativas a fim de atestar com uma amostra representativa a existência de padrões que desencadeiam conflitos internos nestas comunidades. Esses trabalhos poderiam auxiliar as comunidades que estão em processo de reivindicação identitária a prever e prevenir a evolução dos conflitos aos cenários polarizados. A prevenção à polarização facilitaria os diálogos entre as partes divergentes e possibilitaria o surgimento de acordos que acelerariam os processos de implementação das políticas quilombolas nestas regiões.

REFERÊNCIAS

Alemão F 1961. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. *Anais da Biblioteca Nacional*. 81.

Almeida AWB 1999. Os Quilombos e as Novas Etnias: "É Necessário Que Nos Libertemos Da Definição Arqueológica". In *Documentos Do ISA n. 5 - Direitos Territoriais Das Comunidades Negras Rurais*, São Paulo, p. 11–18.

Almeida AWB 2004. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais* 6 (1): 1–30.

Arruti JM 2006. Etnogêneses Indígenas. In *Povos Indígenas No Brasil 2001/2005*, Instituto Socioambiental, São Paulo, p. 50–54.

Bardin L 2011. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, São Paulo, 224 pp.

Barth F 2005. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica* 2 (19): 15–30.

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

Brasil 2003a. Legislação Referente à Política Pública de Regularização de Territórios Quilombolas, 29. Available from: http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/legislacao_quilombola_condensada.pdf.

Brasil 2003b. Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Comunidades Tradicionais - O que são. Available from: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>.

Brasil [Constituição (1988)]. 1990. *Constituição Da República Federativa Do Brasil*. 4th ed., Saraiva, São Paulo.

Brissac S 2017. *Parecer Técnico N° 3 /2017 – SEAP*. Limoeiro do Norte.

Cabral LR et al. 2013. *Guia de Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas*. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília, 62 pp.

Cardoso de Oliveira R 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 118 pp.

Cardoso de Oliveira 2006. *Caminhos Da Identidade. Ensaios Sobre Etnicidade e Multi- Culturalismo*. Editora da Unesp, São Paulo, 264 pp.

Fiorina MP e Abrams SJ 2008. Political Polarization in the American Public. *Annual Review of Political Science* 11 (1): 563–88.

Genesini S 2018. A Pós-Verdade é Uma Notícia Falsa. *Revista USP*, 116: 45–58.

Koopmans R 2004. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. *Theory and Society* 33 (3–4): 367–91.

Laraia RB 2001. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 14th ed., Zahar, Rio de Janeiro. 84 pp.

Levitsky S e Ziblatt D 2018. *Como as Democracias Morrem*. 1 ed., Zahar, Rio de Janeiro, 366 pp.

Marques CE e Gomes L 2013. A Constituição de 1988 e a Ressignificação Dos Quilombos Contemporâneos: Limites e Potencialidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (81): 137–53.

Nascimento JLJ e Lima IC 2017. “Nas Trilhas Da Memória e Da História: Cumbe, Um Museu a Céu Aberto.” *Anais Do Encontro Regional Nordeste de História Oral* 11: 14–15.

Nogueira FNA, Rigotto R e Teixeira ACA 2009. “O Agronegócio Do Camarão: Processo de Trabalho e Riscos à Saúde Dos Trabalhadores No Município de Aracati/Ceará.” *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 34 (119): 40–50.

O’Dwyer, EC 2011. Etnicidade e Direitos Territoriais No Brasil Contemporâneo. *Iberoamericana* 42: 111–26.

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

O'Dwyer, EC 2007. Terras de Quilombo: Identidade Étnica e Os Caminhos Do Reconhecimento. *Revista Do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa Em Ciências Sociais*, no. 11.

Pereira Xavier P 2013. Valorização e Preservação Do Patrimônio Arqueológico Na Comunidade Do Cumbe – Aracati-CE. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Pinto M, Nascimento JL, Bringel P e Meireles AJ 2014. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?" *Gaia Scientia* 8 (2): 271–288.

Ribeiro, GL 2013. *Parques Eólicos - impactos socioambientais provocados na região da Praia do Cumbe, no município de Aracati-Ceará*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, 154 pp.

Salomão, ER 2009. O exército encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916). *História Em Reflexão* 3 (5): 1–21.

Santos AA, Silva ASS E Rozendo C 2018. Libertar para desenvolver: os grandes empreendimentos e o "des-envolvimento" na Comunidade Tradicional do Cumbe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 45: 22–41.

Schmitt A Turatti MCM e Carvalho MCP 2002. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 10: 129–36.

Sen A 2000. *Desenvolvimento Como Liberdade*. Companhia das Letras. São Paulo, 342 pp.

Simmel G 1964. O Conflito como sociação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* 10 (30): 568–73.

Souza CM 1993. A incorporação de relatos orais como fontes na pesquisa histórica. *Textos & Debates*, 4: 59–66.

Torres JCB 2015. O político e sua tópica: divisão e unidade – identidade e representação. Ou sobre a dupla forma de polarização do espaço público. *Veritas* 60 (1): 69.

"They Divide To Dominate": Political Polarization In A Quilombo Remnant Community

ABSTRACT

The implementation of public policies for quilombo remnant community can foment conflicts in the applicant communities. These conflicts divide the community into two groups: one group recognizes the identity and the other group does not. This kind of conflict can evolve to polarization and undermining the possibility of agreement between the groups. In this case study, we search how it

“Eles dividem pra dominar”: polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo

Anderlany Aragão dos Santos, Doris Aleida Villamizar Sayago, Francisca de Souza Miller

occurs. We conclude that conflict becomes polarization through the radical discourses of external agents. These agents have conflicting interests in the implementation of public policies for quilombola communities, so they mobilize part of the community to oppose the quilombola identity through these discourses. The emergence of this scenario is common in other communities that claim these policies, so it is necessary for public agencies to facilitate dialogue between the conflicting parts of the community. Dialogue can lead to agreement and this would accelerate the implementation of public policies for quilombolas communities in the applicant communities.

Keywords: Community conflicts; Traditional communities; Ethnic identity; Quilombola community.

Submissão: 02/10/2019

Aceite: 27/05/2020